



Processo n. 002078-54.2015.212.11

Principais documentos

Documentoprocessual_r

Documentos_comproba

Emenda_Pet_

PetiçãoInicial_PFN_123

Outros

Anexos

Despachos

Você está fazendo uma citação inicial de uma execução fiscal?

- Extrair informações relevantes em .docx
- Montar documento-modelo de citação inicial
- Abrir pasta com legislação e doutrina usualmente consultadas em execução fiscal

Neste caso, como as referidas ações devem correr perante juízos que têm a mesma competência territorial, e como o despacho e decisão sobre o pedido de tutela antecipada na ação anulatória de débito fiscal se deu em 28/12/2006, este douto juízo é também competente para o presente executivo fiscal .

Em verdade, ocorre aqui o fenômeno da distribuição por dependência, em razão da dita conexão .

Trata-se, portanto, de competência funcional sucessiva, de caráter absoluto, devendo as ações serem julgadas simultaneamente , porquanto unidas por uma mesma pretensão, pela mesma vontade da lei.

É o que podemos tirar dos ensinamentos de Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery

Execução fiscal e ação anulatória. Reunião.

O ajuizamento da ação anulatória não inibe a propositura ou o andamento da execução fiscal (CPC 585 § 1.º). Ajuizada a anulatória depois de proposta a execução, aquela perde sua função, pois os embargos podem atacar o título executivo e a própria execução fiscal. A recíproca não é verdadeira: ajuizada a anulatória antes da execução, aquela passa a exercer verdadeira relação de prejudicialidade a recomendar a reunião das ambas ações em simultaneus processus, expediente apto a evitar a litigância de idêntica matéria, l. 1.ª Seq., CComp 31963-RS, rel. Min. Humberto Gomes de Souza, DJO 10.12.2006, p. 10. Luiz Fux, j. 24.4.2002, m.v., DOU 5.8.2002, p. 190).

presente ação distribuída e processada neste douto juízo.

então, deve o executado obedecer à ordem legal do artigo

a ordem é o dinheiro. O fato do executado ser uma empresa



PetiçãoInicial_PFN_123.pdf

Palavras-chave: execução fiscal; petição inicial; PFN; valor alto; réu pessoa física
Data de inserção (aplicativo): 01/04/2015
Data de extração (PJE): 31/03/2015
Data de criação: 11/02/2015
Tipo de Documento Jurídico: Petição Inicial, Execução Fiscal

Informações específicas deste documento

Sobre o autor

Autor: Procuradoria da Fazenda Nacional

1. Árvore de arquivos
2. Pop-up gerado por um script, oferecendo sugestões de rotinas automáticas a partir das tags de um processo
3. Aba de informações extraídas automaticamente do arquivo
4. Inserção de metadados
5. Prévia do arquivo